

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O NOVO ATLAS DA AMÉRICA PORTUGUESA E A OFICIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COLONIAL (1730-1749)

Jessica Aparecida Correa

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.1, Agosto, 2016.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/57949>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - Agosto, 2016.
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

Boletim Gaúcho de Geografia

O NOVO ATLAS DA AMÉRICA PORTUGUESA E A OFICIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COLONIAL (1730-1749) ¹

Jessica Aparecida Correa

Licenciada em Geografia pela UNESP (Universidade Estadual Paulista) *campus* Rio Claro/SP. Atualmente professora da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo. E-mail: jessicapcorrea@gmail.com

RESUMO

O enfoque do artigo visa demonstrar, em linhas gerais, as estratégias geopolíticas da metrópole lusitana para “oficializar” as vastas terras da América meridional e seus “sertões” no início do século XVIII. A proposta é trazer à cena, a ideologia geográfica da “Ilha-Brasil” e os trabalhos cartográficos dos Padres Jesuítas Matemáticos através do projeto metropolitano que buscava fazer *O Novo Atlas da América Portuguesa* (1730-1748). Essas estratégias geopolíticas permitiram a Portugal adentrar e conhecer com mais detalhes o território colonial brasileiro na busca da efetivação de sua posse. A produção cartográfica desse contexto encontrou lugar privilegiado nas negociações das fronteiras das colônias sul-americanas em meados do século XVIII, quando dos tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) que formaram a caricatura do que viria configurar os contornos da fronteira brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: América Portuguesa. Oficialização Territorial. Geografia Histórica. Formação Territorial do Brasil.

¹ O artigo compõe parte do resultado da pesquisa realizada, entre os anos de 2011 e 2014, “As políticas pombalinas e a formação territorial do Brasil (1750-1777)” com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo baseia-se no âmbito da Geografia Histórica, metodologia de análise presente no seio da Geografia que nos permite, num exercício retrospectivo de temporalidades históricas, realizar uma interpretação cuja análise das relações sociais, econômicas, culturais e de poder situa-se na perspectiva espacial. Essa metodologia permite resgatar as processualidades históricas inerentes às formações territoriais (MORAES, 2000, 2005a; 2005b, 2009, 2011). No caso aqui trabalhado, interessou-nos a gênese da formação territorial brasileira e o consecutivo processo de “oficialização” do território colonial para posteriormente encetar a delimitação de suas fronteiras.

As nascentes relações sociais capitalistas, características do século XVIII, impuseram uma acirrada disputa comercial fomentada pela expansão ultramarina na Europa. Nesse cenário, o território colonial brasileiro foi marcado pelas formas de acumulação primitiva de capital, ocupando, dessa forma, lugar de “subordinação” à economia-mundo em ascensão.

A compreensão da gênese dos processos sociais da formação territorial brasileira constitui, sem dúvida, um dos alicerces básicos da geografia histórica do capitalismo periférico e, portanto, uma via de investigação sobre as relações sociedade e espaço. Com isso, vale explicitar que entendemos o espaço como uma dimensão concreta da sociedade, cujo âmbito de análise encontra-se num nível mais generalizado e o território, como a manifestação empírica permeada de historicidade e particularidades. De acordo com Moraes (2000, p. 20):

[...] o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à uma espacialidade de uma dada “formação econômica e social”.

Nesse sentido, para entender essa historicidade é necessário entender seu processo de formação – sua formação territorial – como um objeto de pesquisa, tanto na perspectiva de suas representações simbólicas, como nos seus desdobramentos materiais. Daí a relação fértil entre Geografia Histórica e a Cartografia Histórica, a primeira como metodologia que permite vislumbrar a materialidade da formação territorial numa visão retrospectiva, e a segunda, como possibilidade de apreender nos documentos e arquivos que representaram o espaço em momento *post festum*.

E sendo assim, é importante dizer que os estudos em Geografia Histórica e Cartografia Histórica, no Brasil, apenas recentemente ganharam maior aderência na Geografia (VARGAS; GARCIA, 2007). Apesar de ser uma linha de estudo antiga dentro da Geografia, no caso do Brasil, foi somente a partir dos anos 1990 que encontros, congressos, grupos de estudos etc. ganharam evidência nesse campo disciplinar. E, é nesse sentido que o artigo se justifica, como uma forma de fomentar esses estudos.

Assim, o artigo apresenta um panorama dos principais trabalhos de levantamento territorial ocorrido no início do século XVIII, com destaque ao projeto do *Novo Atlas da América Portuguesa*. Nessa conjuntura, esse projeto foi a iniciativa de maior envergadura da metrópole lusitana para examinar com maiores detalhes a vastidão do território colonial brasileiro.

Os trabalhos cartográficos resultantes representaram o processo geográfico e histórico de interiorização, e, como propomos de “oficialização” realizada pelo Estado Português, configurando, dessa forma, a base na qual os futuros trabalhos demarcatórios de definição de fronteiras sul-americanas iriam se apoiar. Tratava-se de trabalhos cujos objetivos definiam-se por funcionar como um minucioso inquérito dos recursos naturais e humanos para fomentar a capacidade da metrópole lusitana em competir no mercado internacional da época.

Contudo, as disputas geopolíticas setecentistas resultaram em inúmeros acordos diplomáticos e tiveram expressões significativas na configuração do território brasileiro, revelando, ora ou outra, a importância da colônia na manutenção econômica e política de Portugal frente às disputas comerciais com as outras potências econômicas europeias.

2. A “OFICIALIZAÇÃO” DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII

Para Portugal garantir as terras longínquas do continente sul-americano foi necessário muito mais que o estabelecimento de negociações e acordos, tal como fora o Tratado de Tordesilhas (1494). A posse lusa da colônia brasileira somente poderia ser garantida conhecendo a extensão das terras, a fauna, a flora, o clima, a rede hidrográfica, a capacidade de obtenção de metais preciosos e especiarias, principalmente, saber da distribuição geográfica dos povos, da identificação de riquezas naturais e, finalmente, dos meios de extorqui-las, seja permutando mercadorias, seja escravizando os povos indígenas.

Nessa direção, a cartografia cumpriu, por um lado, uma tarefa mediadora entre a criação das representações que lhes permitiam o vislumbre e a projeção sobre as posses territoriais das colônias e, por outro, a legitimação da ideologia sobre as posses territoriais no além-mar como retórica jurídica para estabelecer a definição dos poderios europeus.

Assim, a cartografia e a geopolítica da definição das fronteiras luso-castelhanas no continente sul-americano atuaram como instrumentos e técnica de poder fundamental nas relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre Portugal e os outros Estados europeus. Tratava-se, portanto, de implementar efetivamente o controle do território na busca de riquezas, na viabilidade das estratégias de povoamento, na definição das fronteiras, no desenvolvimento das atividades econômicas e no êxito de concretizar as obras das guarnições militares e etc.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os mapas guardam em suas entrelinhas retóricas de poder e disputas e que não são representações neutras e descomprometidas, ao contrário disso, estão munidos de intencionalidades e ideologias, como salienta J. B. Harley (2005, p. 140):

Es mejor ver los mapas, según la adecuada frase de un cartógrafo, como “una ficción controlada”. Este punto de vista textual, leer un mapa como retórica, tiene implicaciones importantes para sugerir formas alternativas en el uso de los mapas con el objeto de entender mejor o pasado. Mientras más pensemos en la universalidad de los secretos, la censura y o silencio en los mapas, y mientras sigamos reflexiones sobre los códigos epistemológicos del conocimiento de los mapas, menos estaremos convencidos de que el conocimiento de los mapas se puede considerar “objetivo” o “imparcial”. Los mapas se volvieron parte de un creciente repertorio de técnicas de poder [...] En la medida en que la cartografía se volvió más “objetiva” con el apoyo financiero del Estado, se vio presa de una subjetividad diferente: la inherente a su representación de la ideología dominante del Estado.

103

Embora o Tratado de Tordesilhas já tivesse estipulado as posses dos territórios americanos no século XV, no decorrer dos anos o Tratado não passou de mera convenção e não fora respeitado. Essa realidade era crível para ambas as coroas ibéricas, e, por isso, era preciso reconhecer e cartografar os territórios coloniais para disputar e estabelecer as fronteiras e os domínios.

De acordo com Kantor (2007), a linha de Tordesilhas nunca chegou a ser traçada *in situ*. O meridiano limitava-se a um exercício muito mais conceitual do que a uma realidade em si. Dessa forma, pode-se afirmar que, ainda que tivessem

ocorrido avanços significativos na cartografia Quinhentista e Seiscentista, nesse momento não era possível ter ainda uma noção mais realista dos aspectos físicos dos terrenos e da ocupação ameríndia do território.

Enfrentar essa limitação foi iniciativa prioritária na cartografia portuguesa com destaque para o século XVIII. Foi nesse momento que o conhecimento do interior e dos meandros do território brasileiro passou a ser reconhecido pela cartografia europeia, desembocando em um processo histórico de “oficialização” das terras conquistadas. Para o estabelecimento da fronteira dos territórios coloniais americanos, as nações ibéricas colocaram-se em confrontos tortuosos, inúmeras negociações diplomáticas e guerras duradouras. Nesse cenário, lançar mão de “ideologias geográficas” (MORAES, 2005) tornava-se estratégia de Estado, como seria o caso da polêmica tese do mito “Ilha-Brasil” como apresentada por Jaime Cortesão.

3. UMA ILHA BRASIL?

Para Cortesão (2009), os portugueses falsearam um mito de “insularidade brasileira”, que coincidiria com o meridiano de Tordesilhas. Tratava-se de uma ideologia que defendia a existência de uma “divisão natural” do território do Brasil como uma “ilha”, representada ao norte e ao sul, respectivamente, através da ligação da bacia do Amazonas com a bacia do Rio da Prata.

O mito da insularidade amazônico-platina tem origens no período medieval, e em diversos Portulanos, Planisférios e Roteiros Marítimos, entre os séculos XV e XVII, era consenso em torno da existência da “ilha de Bracir”, “Brazir” ou “Bracil” (KANTOR, 2007, p. 74).

Ainda segundo Kantor (2007, p. 71), para Jaime Cortesão,

[...] o delineamento de uma grande lagoa que conectava a bacia platina com a amazônica já era visível nas primeiras descrições geográficas e mapas produzidos por Gaspar Viegas, no Atlas de Lopo Homem (1519), nas cartas de Diogo Ribeiro (1525-27), planisfério de André Homem (1559), no mapa de Bartolomeu Velho (1561).

Ainda que a tese de Cortesão seja polêmica, e hoje a historiografia, de maneira geral, contribui com diversos questionamentos a respeito de tal interpretação, da intencionalidade deliberada por parte dos portugueses em falsear o meridiano de Tordesilhas em nome de uma “Ilha Brasil” ou um “continente Brasil”. O fato, entretanto, foi de que a representação insular do Brasil estendeu-se e funcionou

como retórica fundadora do território até o século XIX.

Pode-se, no entanto, argumentar que diferentes desdobramentos ocorreram entre a representação cartográfica do “mito” e o seu “uso” no processo de apropriação territorial nas disputas entre os impérios europeus. Essas inflexões e controvérsias que compuseram o processo histórico de conhecimento das terras sul-americanas tiveram como base a dinâmica das disputas políticas locais e imperiais, bem como aponta Kantor (2007, p. 76):

A existência ou não de uma Ilha Brasil seria um desses mal-entendidos que foram cultivados tanto pela diplomacia portuguesa, quando pela diplomacia imperial brasileira oitocentista. O mito constituiria, assim, uma pré-figuração geográfica do Brasil Independente, tendo sido aproveitado tanto pelo Estado português, quanto pelo Estado pós-colonial, um mito fundador de herança lusitana.

Nesse sentido, a criação de discursos que buscavam afirmar uma “ideologia geográfica” no sentido de legitimar a posse das terras coloniais refletia a acirrada disputa que configurava o cenário europeu, tanto no sentido da concorrência das rotas marítimas, do monopólio do comércio com os “novos povos”, como, também, na disputa da representação cartográfica, postulando e criando “discursos” de pertencimento do novo território.

Segundo Moraes: “As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele” (MORAES, 2005, p. 44).

Sendo assim, entende-se por ideologia geográfica, nesse contexto, a centralidade do espaço (as “barreiras naturais”, por exemplo) no discurso que terminaria por beneficiar os lusitanos, “inevitavelmente” como fruto de um “acaso” (divino) e, portanto, legítimo da “conquista colonial”, postulando, dessa forma, uma jurisdição em franco favorecimento para a metrópole.

Contudo, tendo em vista as problemáticas e debates levantados na historiografia sobre a existência ou não de um mito “Ilha Brasil”, caberia tecer considerações de acordo com Almeida (2001, p. 43-44) a respeito de como o mito da insularidade brasílica foi utilizado pelo Estado português: “[...] enquanto um discurso legitimador de uma estratégia que visava a ocupação de uma parte importante do território sul-americano em clara oposição ao meridiano de Tordesilhas”.

Dessa forma, o conhecimento da resistência espanhola em relação à estratégia das “barreiras naturais” nas negociações da fronteira americana utilizadas pelos lusos, foi preciso, para garantir vantagens no estabelecimento dos limites, muito mais que fundar um mito: a ocupação definitiva da colônia fora a principal política portuguesa nos setecentos, que marcou, em meados do século XVIII, a administração pombalina.

Não obstante, as “bandeiras” tiveram um papel relevante, pois na busca de minas e na captura de indígenas, as vastas terras dos “sertões” foram “desbravadas” desde o final do século XVI. O empreendimento das bandeiras paulistas, que avançaram em direção ao extremo sul transformou as missões jesuíticas do Guairá e Tapes em territórios estratégicos para a caça do indígena, tendo como resultado o avanço luso para o interior do território colonial, onde ocorreram embates terríveis com a coroa espanhola durante todo século XVIII.

Para Almeida (2001, p. 43), o fato de as bandeiras terem fornecido auxílio e favorecimento ao Estado Português na ocupação do Oeste e do Sul do território colonial, essas não representaram uma ação estritamente estatal, antes, tornou-se importante entender as “bandeiras” como “ações e empreendimentos particulares” – problemática que não nos cabe aprofundá-la no momento, mas que revelou a complexidade do processo histórico e geográfico da gênese da interiorização do território brasileiro.

Com isso, é importante destacar que essa expansão lusa resultou na ocupação do extremo sul do continente no final do século XVII, através da fundação da Colônia do Sacramento (1680), fato esse que gerou mais tarde, no século XVIII, os motivos para as sangrentas batalhas nas terras austrais da fronteira luso-castelhana, tal como a Guerra Guaranítica (1753).

A presença de estrangeiros oriundos das diversas partes da Europa em territórios ibéricos na América meridional foi, igualmente, um agravante na urgência dos trabalhos de levantamento e ocupação territorial. Ao norte, no delta amazônico, espanhóis, holandeses e franceses faziam exasperadas disputas de fronteiras; no extremo-sul, na Bacia do Rio da Prata, os ingleses disputavam o comércio com Buenos Aires e ambicionavam a prata espanhola de Potosí. Em todo o processo de colonização do território brasileiro, a presença de estrangeiros foi uma constante, uma vez que disputavam com os lusitanos as rotas comerciais, terras, metais preciosos, especiarias e escravos.

A concorrência comercial e as ameaças de ocupação territorial das referidas nações exigiram de Portugal esforços descomunais para garantir sua sobrevivência no mercado europeu. Além das instabilidades políticas e da concorrência comercial

entre as metrópoles europeias no início do século XVIII, a apresentação da *dissertação* de Guillaume Delisle, “primeiro geógrafo do Rei da França”, intitulada *Détermination géographique de la situation et de l’étendue des différentes parties de la Terre* (1720), revelou-se para a coroa portuguesa uma ameaça e acentuava a latente necessidade de conhecimento empírico do território colonial brasileiro.

A *dissertação* de Delisle colocava em questão o alargamento dos territórios portugueses na América do Sul e ameaçava a estratégia geopolítica da insularidade, ao traçar novas interpretações sobre os cálculos das coordenadas geográficas de vários pontos do globo terrestre. Nas palavras de Almeida (2001, p. 67): “Segundo Deslisle, tanto as terras do Cabo Norte, que a França reclamava, como a Colônia do Sacramento, ficavam a Ocidente do meridiano de Tordesilhas e, portanto, fora da soberania portuguesa”.

Com o temor da repercussão que os novos estudos indicavam, a coroa lusa criou uma grande mobilização para confeccionar mapas minuciosos da América do Sul: essa urgência impunha desafios que fugiam da alçada da cartografia portuguesa. Como aponta Almeida (2001), a *dissertação* de Guillaume Delisle teve um impacto estrondoso junto à coroa portuguesa, revelando a necessidade de conhecer mais especificamente as características naturais e de povoamento da colônia sul-americana.

Em contrapartida, a contratação de Padres Matemáticos vindos da Itália no início do século XVIII para produzir mapas do Brasil colonial fora um projeto audacioso e escancarou a urgência da tarefa já anunciada em momento anterior. Para tanto, em 1729 fora lançado o projeto do *Novo Atlas da América Portuguesa*.

Como afirma Almeida (2001, p. 78):

Reunido o Conselho Ultramarino, em Agosto de 1720, para dar novo parecer sobre a penetração espanhola no interior, considerou que, apesar de o governador ter encarregado um jesuíta de fazer um mapa dos sertões de S. Paulo, não era de esperar que nem este religioso nem o engenheiro da capitania tivessem os conhecimentos necessários para fazer o mapa com o rigor exigido, uma vez que este necessitava da “sciencia particular da cosmografia, para poder arrumar as terras, os rios e os montes pelos grãos”. [...] Mas para fazer de forma rigorosa, não era possível encomendar o mapa a um engenheiro militar ou a um jesuíta qualquer: impunha-se procurar alguém mais especializado, com conhecimento de cosmografia, matemática e de astronomia.

No reinado de D. João V, houve um empenho em contratar estrangeiros para a elaboração do *Novo Atlas da América Portuguesa*, principalmente depois das

descobertas de metais preciosos nos “sertões da Bahia”, que, por consequência, gerou conflitos na jurisdição das minas entre os oficiais da Bahia e os de Minas Gerais. Todavia, nessa conjuntura, os paulistas denunciavam o avanço dos jesuítas espanhóis para os “sertões”, mais precisamente, para a área que se estendia do atual Uruguai até o Mato Grosso. Isso revelava, entre outros aspectos, a vulnerabilidade das posses lusitanas e a urgente e estratégica necessidade de mapas dos territórios em disputa.

Embora o objetivo maior sempre tenha sido delimitar com precisão os limites coloniais com os castelhanos, no ano de 1729, D. João V apresentou o decreto de 19 de outubro, viabilizando a contratação de jesuítas matemáticos para fazerem mapas do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão, “[...] a fim de que percorrendo pelos “certões” daqueles Estados, fizessem Mapas de todas as terras dos referidos Estados, descrevendo o que devia ficar na Jurisdição de Cada Estado e Suas Capitânias” (ALMEIDA, 2001, p. 101).

Antes de prosseguirmos, cabe esclarecer, primeiramente, que a ideia de “precisão” trazida no texto, é em relação àquelas informações sobre o território colonial que os Padres Matemáticos podiam obter com muito mais exatidão, em comparação com as que dispunham os técnicos e cartógrafos nos séculos anteriores. É nesse sentido, que as informações cartográficas levantadas durante o século XVIII foram mais precisas, devido o fato do progresso científico da época, em especial o avanço dos cálculos da latitude e longitude.

Em segundo lugar, cabe ressaltar que quando nos referimos aos “sertões” que foram “oficializados” no decorrer do século XVIII e que constituíram objeto de cobiça dos colonizadores, estamos entendendo esses espaços como territórios em disputa, que devido o fato de sua “jurisdição” ainda não estar definida coloca-se em cena a possibilidade de “conquistar” e “explorar” a “terra desconhecida”, dessa forma, tornam-se lugares que abrigam ambigualmente o “vazio” e a “ameaça”, mesmo sendo esses espaços abertos e com densas ocupações.

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto- em certos contextos históricos- a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo (MORAES, 2009, p. 89).

Em suma, a ideia de “sertão” vem no sentido de expressar a intenção do colonizador em criar um imaginário da situação de um determinado espaço em disputa, para que dessa forma fosse possível submeter o território e o povo originário a seu favorecimento. Assim, estamos de acordo com Robert Moraes (2009) quando este pensa o “Sertão” como um imaginário e uma ideologia geográfica utilizada pelo Estado para garantir espaços futuros de valorização.

4. OS PADRES MATEMÁTICOS, O NOVO ATLAS E A OFICIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COLONIAL

No início do século dezoito, para dar cabo a tarefa de representação do espaço colonial brasileiro, o Conselho Ultramarino solicitou junto à Companhia de Jesus o envio de estrangeiros, principalmente italianos e alemães, para execução de tal tarefa anunciada no decreto de D, João V. Para tanto, ficou a cargo dos jesuítas italianos João Baptista Carbone e Domingos Capassi a elaboração de um conjunto de mapas que pudessem fornecer detalhes acerca dos territórios da colônia a fim de estabelecer efetivamente o controle por parte dos portugueses.

A preferência por italianos e alemães explica-se pelo fato de encontrar nesses países as técnicas e os estudos mais avançados da época, e, além disso, porque essas nações eram “menos suspeitas” para a execução da tarefa, dado o contexto político daquele momento.

O recurso a cartógrafos estrangeiros tornou-se incontornável, pois, diferentemente do que ocorrera nos séculos XVI e XVII, nos setecentos, Portugal ainda não possuía homens qualificados suficientemente para desenvolver o projeto de traçar os mapas *in loco* rumo ao interior do Brasil colonial.

Como esclarece Almeida (2001, p. 79):

Na verdade, desde as primeiras décadas do século XVII que a cartografia portuguesa do Brasil pouco progredia em relação ao reconhecimento do território. Depois dos levantamentos de campo, realizado nos finais do século XVI e no início do século XVII, os mapas do Brasil dos cartógrafos Teixeira tendem a repetir-se. Tratava-se, além do mais, de uma cartografia quase só limitada à costa.

A opção pela Companhia de Jesus justificou-se pela qualidade do ensino que, desde o século XVII, a Companhia oferecia em seus colégios, principalmente no que diz respeito aos estudos de matemática e astronomia, pelos quais Alemanha, Áustria, França e Itália eram reconhecidos com os melhores níveis, e ainda eram os Jesuítas

a maior ordem religiosa de todo o Império Português, com uma preponderância ainda mais relevante para o Brasil (ALMEIDA, 2001, p. 79).

Com isso, ficou estipulado que os dois Padres Matemáticos, hábeis em astronomia, ficariam de mapear e calcular as balizas fronteiriças entre a América portuguesa e a espanhola, além de dividir os limites entre as capitanias e os bispados do Brasil.

[...] o objetivo era que os dois jesuítas fizessem o levantamento cartográfico completo do Brasil partindo do Norte e outro do Sul, devendo depois encontrar-se no interior do continente sul-americano. É certo que este projecto não tinha em conta a verdadeira extensão do espaço sul-americano mas, nessa altura, a Coroa estava longe de poder supor que para o realizar necessitaria não só de mais cartógrafos como de muitos meios técnicos e humanos de que ainda não dispunha (ALMEIDA, 2001, p. 78).

Todavia, o projeto do *Atlas* representou a tentativa metropolitana de intervenção na colônia munida de uma visão de conjunto do território do Brasil e de produzir no espaço colonial uma “ordem” e uma “racionalidade” que somente seriam alcançadas com a precisão da cartografia e dos cálculos astronômicos.

Nessa direção e, de acordo com Almeida (2001, p. 80):

[...] era necessário organizar espacialmente o Brasil de uma forma lógica, o que não era possível fazer-se sem possuir mapas detalhados. Até àquele momento os bispados e as capitanias progrediam em função das entradas e descobrimentos feitos no sertão pelos naturais de cada um deles, o que criava uma enorme confusão, já que as diferentes unidades administrativas (religiosas e civis) se interpenetravam entre si, em lugar de possuírem limites territoriais precisos, contínuos e facilmente reconhecidos por todos.

Os mapas produzidos deveriam explorar o interior, adentrar aos “sertões”, conhecer as distribuições dos núcleos populacionais dos colonos portugueses, figurando suas hierarquias (freguesias, vilas e cidades), e, ainda, expressar com exatidão as áreas habitadas pelos indígenas, a localização precisa das “catas” (loais que procediam a exploração do ouro), as condições dos portos, da navegação dos rios, da vegetação, da existência de gado, pescados, armas etc.

Pretendia-se ainda que descrevessem num livro à parte tudo o que fosse relevante para a história dos espaços cartografados. [...] para além de um trabalho exaustivo de desenho de mapas, o rei pretendia uma descrição geográfica detalhada do Brasil... (ALMEIDA, 2001, p. 106).

Como elucida Almeida (2001, p. 108), tratou-se, na verdade, de um projeto que pretendia a realização de um vasto inquérito sobre as vias de comunicação fluvial e terrestre, dos recursos econômicos e humanos do espaço brasileiro, cuja ideia principal era projetar uma unidade espacial da colônia brasileira que seria concretizada no futuro.

Essa “lógica” em conformar o espaço colonial, de acordo com a demanda metropolitana, engendrava as bases da economia-mundo pré-capitalista, de modo que esse passava a fornecer, junto às outras colônias europeias, a acumulação de capital necessário à consolidação do capitalismo moderno.

Nessa conjuntura, o “*rush*” do ouro, por exemplo, no final do XVII e início do XVIII, além de favorecer a oficialização do interior do Brasil através da produção de representação cartográfica, alavancou as negociações portuguesas no mercado europeu e permitiu a manutenção da disputa mercantil. Assim, houve mudanças na contratação para efetivar a tarefa de cartografar o território brasileiro, contrataram-se os jesuítas Domingues Capassi e Diogo Soares, cartógrafo português que substituiu João Baptista Carbone, que ficara a serviço do rei, em Portugal.

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1730, e perduraram até o ano de 1748, quando começou o trabalho de cálculos astronômicos no Rio de Janeiro, de onde se traçou a linha-base do meridiano para as cartas do Brasil. Munidos de instrumentos avançados para a época, os padres foram até o Espírito Santo e, em seguida, deslocaram-se até o sul do território, na Colônia do Sacramento ainda no ano de 1730.

Após o reconhecimento dos territórios ao sul da colônia, os padres dividiram-se em duas direções: Capassi ficou incumbido de prosseguir as atividades no Rio de Janeiro, Diogo Soares rumou às Minas Gerais. Nessa última, foram esboçados mapas que localizavam com precisão os locais da extração aurífera, bem como foram levantadas informações dos aspectos tais como a população, a economia e as formas de organização política. Destaca-se, para essa conjuntura, a importância dos núcleos urbanos que foram fomentados e consolidados com a exploração do ouro no interior do território.

Esses núcleos urbanos proporcionaram as condições fundamentais para abrigar as expedições cartográficas no reconhecimento do território do Brasil e demonstravam a relação entre o Estado Português e a Igreja. Ao mesmo tempo, revelaram-se centros econômicos e políticos da colônia e significaram a articulação e a comunicação das diferentes regiões do Brasil colonial.

As políticas territoriais de exploração realizadas pela Coroa portuguesa não excluiu a ideia da criação de cidades como forma de domínio e na criação

de pontos de escoamento de mercadorias. A articulação entre essas cidades coloniais caracterizou a rede urbana e o modo como o processo de colonização se desenvolveu. Para Godoy (2011, p. 12): “O espaço interno das cidades coloniais no Brasil traduz, em primeiro lugar, o objetivo do empreendimento colonizador e, conseqüentemente, a função que lhe foi atribuída no processo de exploração do território.”

Essa conjuntura levou a um aumento populacional dos núcleos urbanos e ao adensamento das redes e, dessa forma, gerou a necessidade de aumentar o controle metropolitano sobre a colônia, sobretudo nas regiões auríferas, onde a fiscalização e os tributos deveriam, com rigor, ser garantidos.

Em consonância com essa realidade, os trabalhos dos Padres Matemáticos deveriam levantar notícias seguras dos “sertões” das Minas Gerais, de Goiás e da Bahia, expandindo o reconhecimento do território brasileiro para o Oeste, até então pouquíssimo conhecido. Assim, os Padres Matemáticos traçaram mapas do interior do Brasil e levantaram informações verificando as minas e os caminhos que ligavam esse “sertão” até as terras castelhanas.

Além do Rio de Janeiro, os padres também traçaram mapas e projetos de fortificações em São Paulo, Curitiba e Rio Grande de São Pedro (atual estado brasileiro Rio Grande do Sul). Nessas últimas paragens no extremo sul da colônia, esses trabalhos representaram as primeiras informações oficiais e mais precisas que se tinham desde o início da colonização.

As principais produções cartográficas do trabalho dos jesuítas estiveram centradas nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do território colonial. O projeto de construir o *Atlas* que abarcasse todo o território da América Portuguesa não saiu como o pretendido por não se ter concluído o estabelecimento dos limites entre as capitanias e os bispados do Brasil e do Estado do Maranhão, como previsto no decreto de D. João V. De qualquer modo, a produção cartográfica realizada pelos jesuítas terminou dando os contributos fundamentais para o conhecimento do interior do Brasil no início do século XVIII.

Assim sendo, com a morte de Capassi, em 1735, o padre Diogo Soares prosseguiu com o trabalho com ordens reais para potencializar o conhecimento do território ao sul. Diogo Soares somou as anotações e as informações angariadas por Capassi e, ainda, outras fontes, como as contribuições dos colonos, comerciantes e indígenas, e dirigiu-se para os trabalhos de levantamento topográfico e de informações geográficas do território.

O reconhecimento do Oeste e as informações obtidas do Sul permitiram que a coroa portuguesa lançasse mão de políticas para assegurar os territórios

das minas e de outras áreas ameaçadas na porção Sul, como foi o caso da Colônia do Sacramento. Contudo, pode-se dizer que esses trabalhos cartográficos, no início do século XVIII, “oficializaram” o interior do território brasileiro, até então desconhecido em detalhe pelos europeus, e permitiram consolidar as bases para o projeto futuro de manutenção e consolidação do império português no decorrer desse período.

As ameaças de instabilidade e ocupação da porção meridional pelos castelhanos acentuaram-se nos idos de 1738; por um lado, a disputa pela Colônia do Sacramento, por outro, o temor à invasão dos espanhóis no Rio Grande de São Pedro levaram Diogo Soares a salientar:

[...] a importância estratégica do “Rio Grande e seu sertão”, de cuja ocupação e povoamento o rei só poderia colher benefícios, principalmente devido à abertura de dois novos caminhos por onde os espanhóis, nomeadamente os jesuítas, poderiam acender às minas. Por outro lado, a simples fortificação do Rio Grande permitiria a obtenção de novos recursos através do comércio e dos impostos alfandegários (ALMEIDA, 2001, p. 118).

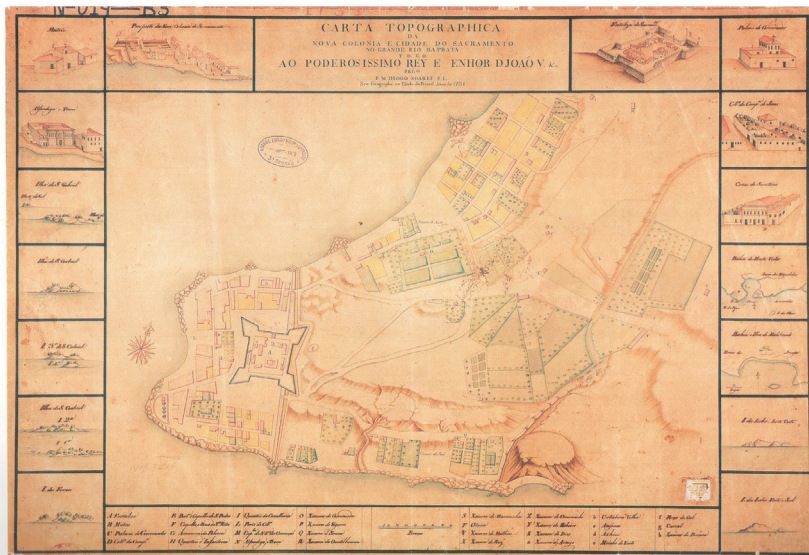
A carta topográfica a seguir (Figura 1), revela a qualidade dos trabalhos realizados pelos Padres Matemáticos em angariar as ricas informações que almejava a coroa lusitana. Os detalhes das ocupações como as casas e igrejas que ocupam a parte superior do mapa revelam o tipo de habitação e a importância da igreja na ocupação territorial. A configuração física representada através das redes fluviais, dos caminhos terrestres e ilhas que ornamentam a parte inferior do mapa demonstram o conhecimento obtido na época sobre as condições geográficas para o fluxo de mercadorias e pessoas naquele território. O destaque ao Forte, próximo à desembocadura do Rio da Prata, que ganha maior evidência em todo o mapa além de nos permitir reconhecer a perícia desses cartógrafos na produção dos mapas, explicita o viés militarista dos objetivos dos trabalhos cartográficos e, enfim, o êxito na tarefa do inquérito e detalhamento do território colonial.

Posteriormente aos trabalhos na Colônia do Sacramento, em Rio Grande de São Pedro, Santa Catarina e Laguna, Diogo Soares ascendeu até Cuiabá e por lá ficou até sua morte, em 1748. Não se sabe exatamente sobre os últimos trabalhos realizados por este padre português, mas um conjunto de mapas que abarcaram a região das Minas Gerais e de Goiás, datados dos anos 1730-1740, pareceram corresponder aos trabalhos desse padre matemático.

O estudioso do assunto André Ferrand de Almeida (2001) afirma que é difícil precisar em quais bases foram construídos os mapas dos Padres Matemáticos, além

do documento *Notícias Práticas*, elaborado por Soares, quando dos trabalhos da região Sul, que revelou que caminhos e técnicas foram utilizados para a produção desses mapas. Contudo, não existem outros documentos e informações que esclareçam os mapas de base utilizados, os instrumentos e as técnicas para a produção cartográfica referentes às outras regiões.

Figura 1. Carta topográfica da Colônia do Sacramento no grande Rio da Prata (Diogo Soares 1731).



Planta A – Carta topographica da Nova Colônia e cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata. Diogo Soares. 1731. 54 x 79,8 cm. (A.H.E., 014/M-1/G-2-B-3)

Fonte: Almeida (2001, p. 184)

O que se sabe ainda é que Diogo Soares, além da utilização das observações *in loco*, utilizou-se dos manuscritos de pilotos e cartógrafos franceses, ingleses e espanhóis, bem como de descrições dos colonos e indígenas.

A produção cartográfica dos Padres Matemáticos, segundo Almeida (2001), soma um total de 20 mapas,

[...] abrangendo partes da capitania do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a Costa Brasileira desde Cabo Frio até Laguna, as campanhas do Rio Grande de São Pedro e a região da Colônia do Sacramento e do Rio da Prata. A estes mapas devem acrescentar-se as 8 plantas dos fortes do Rio de Janeiro e a planta da Colônia do Sacramento elaboradas por Diogo Soares (ALMEIDA, 2001, p. 123).

As cartas das regiões das Minas ocuparam lugar à parte na produção dos Padres, pois, além de representarem os únicos mapas oficiais do interior do Brasil daquele período, existem algumas características peculiares embora não tenham sido finalizados.

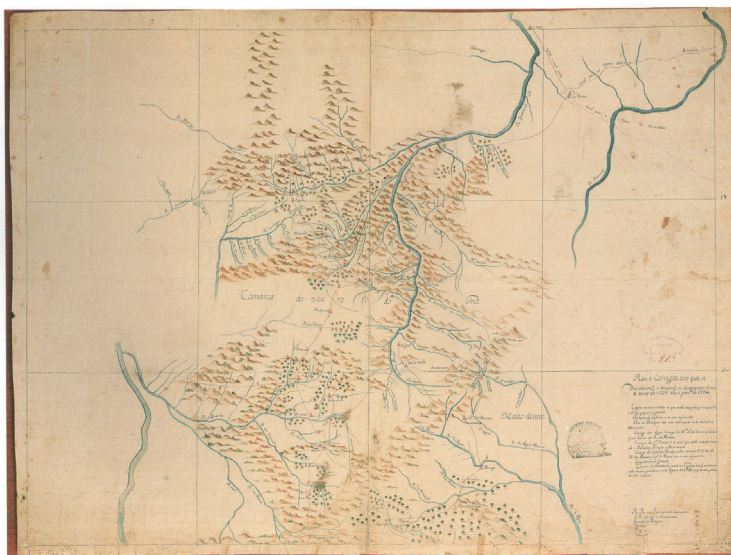
De acordo com Almeida (2001), existem quatro mapas de Minas Gerais que, talvez, tivessem sido destinados ao *Atlas* ou a outro que figuraria o interior do Brasil. Em três deles, o meridiano do Rio de Janeiro foi utilizado como referência, inclusive estando presente a indicação explícita do “Primrº Meridiano”, na qual consta também a marcação dos graus de longitude.

A figura a seguir (Figura 2), de autoria de Domingos Capassi ou Diogo Soares (1734), parece ser utilizada como base aos quatro mapas da região de Minas, pelas semelhanças dos traços e das letras e ainda por ter uma datação anterior.

Para Almeida (2001), o mapa abaixo (figura 2) consiste no único documento cartográfico da época que se pode considerar temático, pois é um dos poucos que continha legenda e que assinalou os aglomerados populacionais – vilas e arraiais – e os rios e locais em que se buscava diamantes.

Figura 2.

Carta dos rios e córregos que se descobriram e mineraram diamantes entre os anos de 1729 até 1734 (Domingues Capassi ou Diogo Soares?).



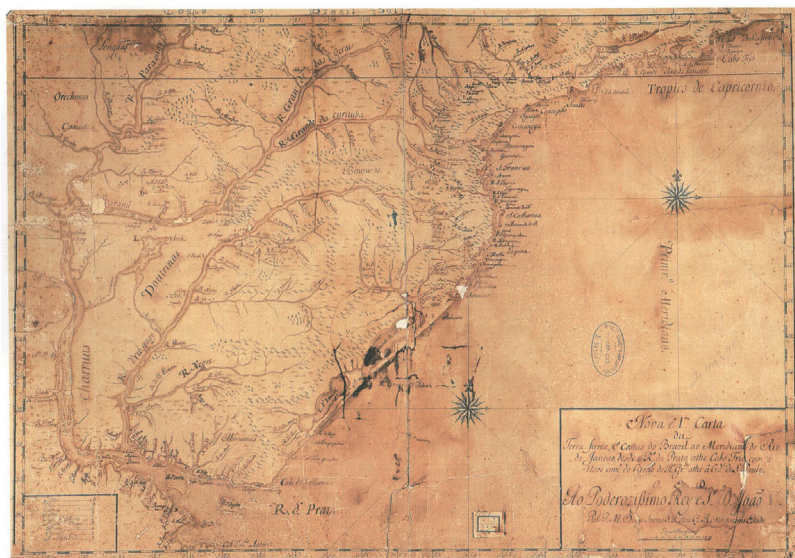
Mapa 18 – Carta dos Rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o Anno de 1729 até o presente de 1734. [Domingos Capassi ou Diogo Soares]. 1734. 64,4 x 48,1 cm. (G.E.A.E.M., n.º 4637, Arm.3, Prat.38, pasta 52).

Fonte: Almeida (2001, p. 183)

Em relação às produções cartográficas dos Padres Matemáticos, Almeida (2001) suspeita que as uniformizações das cartas, através da numeração sistemática e das dimensões idênticas, revelaram que o projeto de construir o *Novo Atlas* do território brasileiro foi levado adiante por Diogo Soares mesmo depois da morte de Capassi. Nesse conjunto, a figura 3 é emblemática e permitiu a suposição da intencionalidade da empreitada.

Figura 3.

Nova e primeira carta de terra firme do Brasil assinalando o Meridiano do Rio de Janeiro, desde o Rio da Prata até Cabo Frio, com o novo caminho do Rio Grande até a cidade de São Paulo. (Diogo Soares 1740).



Mapa 14 – Nova e 1.ª carta da Terra Firme, e costas do Brasil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o Rio da Prata até Cabo Frio, com o novo caminho do Cerão do Rio Grande até a cidade de S. Paulo.

Diogo Soares. [ca.1740]. 50 x 71,4 cm. (S.G.E., Gaveta «Mapas da Costa do Brasil», 2/ 7-36 e 4-3/ 33)

Fonte: Almeida (2001, p. 181).

O mapa foi desenhado em uma escala menor e abrange a costa da América do Sul entre o Rio da Prata e Cabo Frio. Nele se apresentou parte do sertão, e suspeita-se que essa carta tenha sido a primeira do conjunto que, supostamente, seria do *Atlas* e representaria a visão de todo do território colonial. Segundo Almeida (2001), foi desenhado por Diogo Soares, e sua datação varia entre os anos de 1738 a 1740.

A esse respeito, comenta o autor:

É certo que esta carta não abrange a totalidade do território brasileiro mas a verdade é que, se exceptuarmos os mapas da região das minas, ela corresponde, sensivelmente, à área cartografadas pelos Padres Matemáticos e, sobretudo, ao levantamento que fizeram da costa meridional do Brasil. Pensamos assim, não ser abusiva a hipótese de que fosse essa carta geral pensada para o novo atlas, possibilidade ainda reforçada pela designação que tem de ser a “primeira carta”. (ALMEIDA, 2001, p. 124)

Na figura 3, as informações foram mais ricas em topônimos. Nela apresentam-se os nomes dos rios, as ilhas, as povoações e a legenda através de símbolos, distinguindo as cidades, vilas, fortalezas e guardas. Além disso, a graduação em latitude foi utilizada para o desenho da parte meridional da América do Sul no mapa das Cortes, mapa esse que daria base para as futuras negociações das fronteiras em meados do século XVIII.

Por fim, é importante destacar que esses mapas de fato representaram um avanço em termos de conhecimento do interior do território colonial sul-americano e serviram de documentos oficiais para o estabelecimento do poderio lusitano no decorrer do século XVIII. Porém, cabe explicitar que não deixamos de levar em conta os limites da produção que essas cartas e mapas estavam submetidos, tanto em termos de viabilidade de transportes na locomoção dos cartógrafos, na manutenção dos instrumentos, na sobrevivência dos técnicos, na confiabilidade das informações e, sobretudo, devido o fato da magnitude da extensão territorial que estavam circunscritas as tarefas cartográficas do *Novo Atlas*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho dos Padres Matemáticos permitiu que o Estado Português pudesse, em meados dos setecentos, utilizar as informações geográficas obtidas *in loco* para embasarem o Mapa das Cortes, mapa conhecido, por ser utilizado por Alexandre Gusmão nas negociações do Tratado de Madri em 1750.

Nesse contexto, pode-se associar a importância das “ideologias geográficas” construídas para a retórica da posse das terras do Brasil, como o mito da “Ilha-Brasil”, a intervenção das ações das bandeiras e a consolidação das cidades no interior da América Portuguesa, que, sem dúvida, convergiram para o contexto de interiorização do território colonial brasileiro.

O início do século dezoito como período da *Oficialização*, aqui proposto, refere-se àquele momento em que houve o fomento, encabeçado pelo Estado Português, à legitimação das divisões das capitanias e, ao mesmo tempo, à obtenção de informações mais precisas sobre o funcionamento da colônia, coincidindo com o momento auge do ouro brasileiro, e, portanto, da “legitimação” dos confins do Brasil e do seu “Sertão”.

Contudo, essa “oficialização” proporcionou o aumento do conhecimento da extensão da colônia brasileira e permitiu que a metrópole lançasse projeções do modo como “organizar racionalmente” o território colonial segundo as demandas do mercado europeu e de modo a garantir, para o Estado Português, a fiscalização e a tributação da produção colonial.

Quando nos referimos aos “sertões” que foram “oficializados” no decorrer do século XVIII, buscamos abrangê-los enquanto uma adjetivação territorial utilizada pela metrópole para designar espaços sem jurisdição formal e que se pretendia o controle. Nesse sentido, estamos de acordo com Robert Moraes quando este pensa o “Sertão” como um imaginário e uma ideologia geográfica utilizada pelo Estado para garantir espaços futuros de valorização, reclamando sua situação atual.

O recurso a esse imaginário para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto ao uso futuro do espaço abordado, exatamente para mobilizar uma valoração que traz em si uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação. Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. (MORAES, 2011, p. 99)

Por fim, pode-se afirmar, ainda segundo esse autor, que os lugares tornam-se “sertões” não por uma qualidade físico-geográfica, ou por uma delimitação cartográfica estrita, mas por atraírem novas formas de ocupação e exploração desse espaço, que, sendo representado como “antípoda” a uma situação, por exemplo, do litoral, são rotulados em contraponto e comparação a outro território que a ausência lhes qualifica.

Essas considerações mostram, em linhas gerais, o contexto do início do século XVIII no Brasil-Colônia e o paulatino processo geográfico e histórico de “oficialização” do território através da cartografia europeia. A produção cartográfica e a definição das fronteiras sul-americanas estiveram inscritas num dado contexto em que muitas transformações ocorreram na economia e na política de Portugal e da Europa como um todo.

Destarte, foram as aspirações de um novo modo de organização social, cuja base assentava-se na lógica mercantilista de expansão territorial, que envolveram as condições basilares dos tratados fronteiriços nos Setecentos e expressaram a formação territorial do Brasil.

INTERIORIZACIÓN Y FORMALIZACIÓN DE LA AMÉRICA PORTUGUESA: LOS ESTUDIOS DE LA FORMACIÓN TERRITORIAL DE BRASIL.

RESUMEN

El enfoque de este artículo busca demostrar, en líneas generales, las estrategias geopolíticas de la metrópolis lusitana para “formalizar” las vastas tierras de América meridional y sus regiones agrestes a inicios del siglo XVIII. La propuesta consiste en traer a escena la ideología geográfica de la “Isla Brasil” y los trabajos cartográficos de los Padres Jesuitas Matemáticos a través del proyecto metropolitano que buscaba crear el *Novo Atlas da América Portuguesa* (1730-1748) (*Nuevo Atlas de la América Portuguesa*). Esas estrategias geopolíticas le permitieron a Portugal adentrarse y conocer con más detalle el territorio colonial brasileiro en busca de su posesión efectiva. La producción cartográfica de ese contexto tuvo un lugar privilegiado en las negociaciones de frontera de las colonias suramericanas a mediados del siglo XVIII, en los tratados de Madrid (1750) y de Santo Ildefonso (1777) que formaron el bosquejo de lo que iba a configurar los contornos de la frontera brasileira.

PALABRAS CLAVES: América portuguesa. Oficialización territorial. Geografía Histórica. Formación territorial de Brasil.

THE INTERNALIZATION AND THE FORMALIZATION OF THE PORTUGUESE AMERICA: STUDIES OF TERRITORIAL FORMATION OF BRAZIL

ABSTRACT

The focus of this article wants to demonstrate, in general lines, the geopolitical strategies of the Portuguese metropolis to “formalize” the vast lands of southern America and his “hinterlands” in the beginnings of the XVIII century. The proposal is bringing into scene the geographic ideology of the “Island-Brazil” and the cartographic work of the Mathematician Jesuits Fathers through the metropolitan project which wanted to create *O Novo Atlas da América Portuguesa* (1730-1748) (*The New Atlas of the Portuguese America*). These geopolitical strategies allow Portugal to go deep and get to know with more details the Brazilian colonial territory, in search of the effective possession. The cartographic

production of this context had a privileged place in the South America colony's frontier negotiations in the middle XVIII century, when the Madrid Agreement (1750) and the Santo Ildefonso Agreement (1777) took place, and became the first outline of what would be the contour of the Brazilian frontier.

KEYWORDS: Portuguese America. Territorial formalization. Historic Geography. Territorial formation of Brazil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009. Tomos I e II.
- GODOY, Paulo R. T. A cidade no Brasil- período colonial. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 8-15, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16118/9074>>. Acesso em: 25 maio 2013.
- HARLEY, Brian J. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Tradução de Letícia Garcia Cortés Rodríguez. México: FCE, 2005.
- KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da Ilha- Brasil- polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, v. 23, n.37, Jan/Jun. p. 70-80, 2007.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil- o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005 a.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005 b.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. 1ª ed. São Paulo, Annablume, 2009.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. 1ª ed. São Paulo, Annablume, 2011.
- VARGAS, Héctor Mendonza; GARCIA, João Carlos. A história da cartografia nos países ibero-americanos. In: *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, v. 7-8-9, n. 7, p. 9-29, 2007.

Data de recebimento: 20/08/2015

Data de aceite: 18/03/2016